

HABEAS CORPUS Nº 515.410 - PB (2019/0168095-7)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : AECIO FLAVIO FARIAS DE BARROS FILHO
ADVOGADO : AÉCIO FLAVIO FARIAS DE BARROS FILHO - PB012864
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal ante o excesso de prazo da medida cautelar imposta, no caso, o afastamento do cargo de prefeito.

Alega que *"é extremamente vedado o afastamento do cargo por tempo indeterminado. E tanto é assim que é pacífico 'o prazo de 180 dias de afastamento em regra aceito por esta Corte' (STJ, HC 4 65.074-PB, Rei. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR), inclusive, no âmbito da Corte Especial (AgRg na SLS 1.397/MA, Rei. Ministro ARI PARGLENDER)"*

Requer a *"concessão da Liminar, revogando a cautelar aplicada, permitindo que o paciente volte a exercer o cargo de Prefeito Municipal de Patos/PB. Ao final, requer a concessão da ordem mandamental, cassando o decreto constritor"* (fl. 16).

É o breve relatório.

Decido.

Inicialmente verifico que o Tribunal **a quo** não se manifestou sobre a questão ficando esta Corte impedida de se manifestar sob pena de indevida supressão de instância.

Além disso, cumpre ressaltar que a propósito, esta Corte, de longa data, já firmou jurisprudência no sentido de considerar o **juízo de razoabilidade** para constatar possível constrangimento ilegal no prazo de

constrição ao exercício do direito de liberdade. Nesse sentido, o seguinte precedente **desta Corte**:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO, TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA. VÁRIOS RÉUS, SENDO UM DELES, INCLUSIVE, MENOR. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA, PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE NÃO ULTRAPASSADOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. [...]

2. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que a verificação da ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa não decorre da simples soma dos prazos processuais, devendo ser examinadas as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade (art. 5º, LXXVII).

3. Na espécie, a complexidade da causa, que abrange vários crimes, os diversos réus envolvidos e a expedição de cartas precatórias mostram que o trâmite processual se encontra compatível com as particularidades do caso concreto, não se tributando aos órgãos estatais indevida letargia.

4. Recurso em habeas corpus improvido" (RHC n. 48.889/MS, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe de 19/8/2014).

Indefiro, pois, o pedido liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao juízo de primeiro grau e à autoridade tida por coatora sobre o alegado na inicial do writ.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator